

Agricultura familiar em várzeas irrigáveis do baixo curso do rio Jaguaribe, Brasil

Francisca Valfisia da Silva

Maria Anezilany Gomes do Nascimento

Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro



Resumo

O objeto desta investigação é discutir a inserção da agricultora familiar praticada nas várzeas irrigáveis do baixo curso do rio Jaguaribe no processo de modernização do *processo de produção* e do *processo de trabalho* (MARX, 1984) agrícola. A unidade temporal da pesquisa vai de 1970 a 2007. O recorte sócio-espacial é várzea de Córrego de Areia, em Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil. O objetivo é entender as relações das políticas governamentais, as técnicas de regulação (LIPIETZ, 2008), a modernização excluente (SILVA, 1999) e a reestruturação regressiva da agricultura familiar de várzeas com o grande agronegócio. Os resultados dessa fase exploratória da pesquisa sugerem que, em geral, o agricultor familiar não é exatamente um fornecedor do capital. Ele entrega, sem garantias, animais, frutas, legumes ou *olerícolas* aos operadores dos canais de distribuição pelo preço, condições, garantias e prazos que o distribuidor quiser pagar. E assume o ônus do contrato *del-credere*. O comércio capitalista não eliminou a agricultura familiar e a usa para ampliar o leque de fornecedores e a oferta.

Palavras-chave: **Agricultura familiar. Agronegócio. Geografia econômica. Desenvolvimento local.**

Abstract

The object of this research is to discuss the inclusion of family farmers practiced in the floodplains of irrigable down the River Jaguaribe in the process of modernization of the production process and the process of work (MARX, 1984) agriculture. The unit will search the time from 1970 to 2007. The cut-off socio-spatial is floodplain of Stream of Sand in Ilkeston do Norte, Ceará, Brazil. The goal is to understand the relationship of government policies, the techniques of regulation (LIPIETZ, 2008), the modernization exclusionary (SILVA, 1999) and regressive restructuring of family farming in wetlands with large agribusiness. The results of this exploratory phase of the research suggest that, in general, the family farmer is not exactly a provider of capital. He delivered, without guarantees, animals, fruit, vegetables or vegetables to the operators of distribution channels for the price, conditions, deadlines and guarantees that the retailer wants to pay. And bears the onus of contract-del credere. Trade capitalist not removed the family farm and use to extend the range of suppliers and supply.

Keywords: **Family farming. Agribusiness. Local development. Economic geography.**

Introdução

A inserção da agricultora familiar praticada nas várzeas irrigáveis do baixo curso do rio Jaguaribe é o objeto de análise deste trabalho. Discutiremos se a modernização do *processo de produção* e do *processo de trabalho* agrícola insere (*suprassumem*) a

agricultura familiar na economia agrícola empresarial e investigaremos as características dessa inserção, para entender as relações das políticas governamentais, as técnicas de regulação (LIPIETZ, 2008), 'processo de modernização e a reestruturação da agricultura familiar.

¹ Geógrafa. Mensagem para: valfisia@hotmail.com

² Mestre e Geografia e professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Massagem para lananascimento@yahoo.com.br

³ Professor doutor da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade de Fortaleza; arquiteto e urbanista. Mensagem para: observatoriodecultura@gmail.com; HP <www.danielpinheiro.pro.br>

Processo de produção, para Karl Marx, é um conjunto de procedimentos de valorização do capital. Processo de trabalho se refere às habilidades, destrezas, conhecimentos, arte, métodos e técnicas de transformar a natureza num valor de uso, num bem (Cf. MARX, 1984, Livro 1, capítulo V; Livro 2, capítulos XI e XII).

A unidade temporal da pesquisa vai de 1970 a 2008. O recorte sócio-espacial é várzea de Córrego de Areia, em Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil ($5^{\circ}08'44''$ latitude S; $38^{\circ}05'53''$ longitude WGr), município situado no baixo curso do rio Jaguaribe. O período se estende desde o início do Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS), que teve início em 1970, cujos efeitos deletérios sobre o ambiente e a agricultura familiar são conhecidos, até 2008, ano que tem como marco o fracasso da Rodada de Doha (G1, 2008).

Para resolver o problema posto pela pesquisa, deve-se reunir evidências de que, em geral, o agricultor familiar não é exatamente um fornecedor do capital. Ele entrega, sem garantias, os animais, as frutas, os legumes, ou *olerícolas*, aos operadores dos canais de distribuição, pelo preço, condições, garantias e prazos que o distribuidor quiser pagar. Assim, assume o ônus do contrato *del-credere* (garantia de pagamento pelas vendas efetuadas, dada por representante comercial ou consignatário a quem, por seu intermédio, oferece a mercadoria). O comércio capitalista não eliminou a agricultura familiar e a usa para ampliar o leque de fornecedores e a oferta. A racionalização do espaço agrário e algumas das transformações agropecuárias, no Brasil, se dão a partir dos preços das *commodities* nas bolsas de mercadoria.

1 A forma e a matéria do capital agrário e a ocupação das várzeas irrigadas.

No entendimento de Hidelbrando dos Santos Soares (2003), a modernização agrícola, no baixo curso do Jaguaribe, tem, no final do século XX, pelo menos dois períodos: o primeiro (1970 a 1980) nas áreas de várzeas. Esse primeiro período ocorre sob a inspiração do Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS). Todo o processo de modernização se fez mediante estímulos à produção para o mercado e a criação de uma mentalidade empresarial entre pequenos produtores. O objetivo

era a transformação das unidades familiares, do tipo camponesas, em pequenos produtores mercantis.

Naquela época, ocorreu a implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova (1970), do Perímetro de Irrigação de Jaguaruana (1977) e do Programa de Valorização dos Vales Irrigáveis do Ceará (PROMOVALE), por iniciativa da União. A racionalização do uso da terra, por exemplo, deu-se a partir do desenvolvimento de uma agricultura irrigada de grãos, destacando-se, principalmente, o arroz. Os orizicultores instalaram, em Morada Nova (município vizinho a Limoeiro do Norte), uma cooperativa e uma pequena usina de beneficiamento de arroz (Cf. PINHEIRO; ROLIM; ROLIM, 2005).

Os capitais fixos e fluxos (SANTOS, 1996) são instalados a exemplo da rede elétrica rural; acontece a implantação e melhoria de rodovias; realizam-se os sistemas e os métodos de irrigação, bem como a perenização do rio Jaguaribe, a mecanização de fases do processo produtivo agrícola, a expansão do crédito agrícola entre pequenos produtores rurais; surgem as associações de produtores e cooperativas de indústrias de beneficiamento da produção e faz-se visível a melhoria dos canais de distribuição. (Cf. SOARES, 2003; PINHEIRO; PINHEIRO, 2004).

O segundo período (1990 em diante) está associado à abertura da economia brasileira para o mercado mundial (Plano Brasil Novo, 1989); pode-se, então, dizer que ocorre uma reestruturação produtiva da economia agrária regional (ELIAS, 2002). A União passa a ser patrocinadora do capital, aliás, modelo transposto do Vale do São Francisco (BURSZTYN, 1984).

Depois do Projeto Irrigado de Morada Nova, os investimentos em agricultura irrigada são concentrados na chapada do Apodi e nos tabuleiros de Russas (município ao norte de Limoeiro do Norte), mas o modelo é mais apropriado à agricultura empresarial.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Nordeste (1998), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sinaliza a instalação de empresas em Limoeiro do Norte. Entre as empresas, está a Del Monte Fresh Produce, multinacional agrícola instalada na chapada do Apodi; a AGROVALE, fornecedora de insumos agrícolas, localizada em Limoeiro do Norte; a gigante internacional Fyffes (capital irlandês) associada à brasileira NOLEM; criaram a Bananas do Nordeste

S/A. (BANESA), *joint venture* que pretende fazer do Ceará o terceiro maior exportador de bananas do País e a FRUTACOR, líder no comércio de banana no Ceará e Amapá.

2 A comunidade de lavradores de Córrego de Areia

A comunidade Córrego de Areia vive num sítio que começa na CE-377, junto a bifurcação Limoeiro do Norte (a oeste) e Tabuleiro do Norte (a leste), e se estende até a metade da passagem molhada sobre o Rio Jaguaribe. A outra metade dessa passagem molhada é Tabuleiro do Norte e chama-se Carnaubeiras.

Na circunvizinhança, encontram-se as comunidades de Quixaba, Maria Dias e Milagres. O Sítio Milagres, que as pessoas do Córrego de Areia consideram como outra comunidade no mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, está como Córrego de Areia. E segundo a explicação do morador Luís de Castro Pereira, conhecido por “Luís do arroz”, a propriedade particular que ficou muito conhecido na região e passaram a chamar sítio Milagres, na realidade, está localizada geograficamente na comunidade Córrego de Areia.

Córrego de Areia tem 340 famílias, segundo os prontuários do posto de saúde, localizado na própria comunidade. Há uma igreja, uma praça, duas quadras esportivas e uma escola que atende também os moradores de Milagres, Quixaba e Maria Dias. O posto de saúde local conta com o trabalho de um médico, clínico geral, um dentista e um enfermeiro; existem quatro associações comunitárias: duas esportivas, uma dos agricultores e um clube de mães.

A comunidade existe desde o século XIX.

A Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição guarda 162 anos de história. Era nove de dezembro de 1845 quando Padre Vicente Rodrigues e seus irmãos, José e Antonio Vicente, inauguraram a idealizada capela naquele povoado – faixas de terra foram doadas à diocese católica. Liderada pelo vigário João Olímpio Castelo Branco, a igreja passa atualmente por reformas no teto e na fachada, o que possibilitará mais beleza e comodidade para os fiéis.



Foto 1: Igreja de Córrego de Areia. Foto do sítio Limoeiro do Norte, 2008

A economia local se baseia fundamentalmente na agricultura de subsistência, de porte familiar; comércio local de alimento, bebida e utilidade doméstica. Os trabalhadores rurais são diaristas e pequenos arrendatários. Uns poucos jovens trabalham na DELMONT. Outros são servidores públicos do município de Limoeiro do Norte.

A rede de água potável do Serviço de Água e Esgoto chega à comunidade em junho de 2006, de um lado da estrada; em 2000, chegará ao outro lado, mas só as edificações mais próximas ao centro comercial da comunidade foram, até agora, beneficiadas com a rede de água.

O Córrego de Areia não dispõe de rede de esgoto. A maioria das casas tem fossa negra ou séptica. Existem, inclusive, residências que ainda não possuem sanitários.

O lixo é coletado pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura de Limoeiro do Norte, e o serviço atende apenas as famílias que moram ao longo da via asfaltada.

A Comunidade, além de utilizar o rio Banabuiú como balneário, monta, em sua margem, barracas de venda de alimentos e bebidas. Antes, o rio também era utilizado para cultivar a conhecida “agricultura de vazante”; plantava-se ao longo de suas margens e o

agricultor não precisava irrigar suas plantações, que ficavam completamente dependentes da dinâmica da natureza.



Foto 2: Rio Jaguaribe, em Córrego de Areia. Foto do sítio Limoeiro do Norte, 2008.

As primeiras famílias que povoaram a comunidade foram: Candus, Lourenço, Guarás, Conrado, Ribeiros, Corrêa. As pessoas que moram na comunidade são, praticamente, todas parentes.

O solo predominante é massapé. Nas proximidades do rio Jaguaribe, o solo é arenoso. O leito seco, não perenizado pelas barragens, é que dá o nome à comunidade. Nos meses mais secos do ano, o leito do Jaguaribe era apenas um filete de água. As passagens eram ponteadas por um tronco de carnaúba, o suficiente para atravessar a lâmina de água. Depois foi se alargando até o tamanho que é hoje. “De quando eu conheci para cá ele deve ter se alargado uns 50m” (Francisco de Assis Gomes, 64 anos). Muitos moradores vêem Córrego de Areia como uma ilha, pois o Rio Jaguaribe passa dos dois lados dele.

O período áureo da produção familiar do arroz foi por volta da década de 1990. O arroz teve tanta expressão na região que se criou até a festa do arroz. De um lado, o arroz do Rio Grande do Sul é produzido com tecnologia de ponta, sementes selecionadas para o bioma dos Pampas, em quantidades economicamente rentáveis, a preços internacionais. A plantação é feita em ambiente com volumosas quantidades de água para irrigação, em cuja topografia predominam terras baixas e planas. Do outro, fica o arroz do sudeste asiático.



Foto 3: Canal de adução da Granja do Falso, município de Santa Vitória do Palmar, RS. Vasão: 12m³/s. Foto: Daniel Pinheiro

A renda da terra era, em média, 25% da produção colhida (renda de quarta). Mas há arrendatário pagando 33% da produção ao dono da terra que podia ser paga em dinheiro ou com o próprio produto (renda de terça).

A partir dos anos 2000, as fruticosas substituem o arroz no Ceará, no Pernambuco e na Bahia, embora em 2006 a produção tenha tido um pouco de crescimento. O limão é, nesse momento, o principal produto agrícola.

A família é a força de trabalho agrícola de Córrego de Areia. O lavrador local é homem, mas as mulheres, quando é preciso, ajudam na colheita do feijão e do algodão, e criam os “bichos” que alimentam a família: porco, galinha, pato.

Considerações finais

A agricultura familiar, ao mesmo tempo em que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais baixo. O agricultor familiar passa a se vincular à dinâmica do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que permaneça morando na sua parcela de terra.

O trabalho familiar-camponês está subordinado ao capital *em-si* (no sentido que Hegel usa esse termo).

Ocorre que o mercado internacional de *commodities* não foi dimensionado pelo produtor familiar, por isso, esse produtor, na União Européia e nos Estados Unidos da América, recebe subsídios substantivos. No Brasil, ele não tem esse apoio e fica por conta e risco das próprias iniciativas.

O agricultor familiar está recebendo cada vez mais estímulos à sua capitalização por meio de programas e projetos do governo federal, como PRONAF, que é o Programa de apoio ao desenvolvimento rural, o PNCF que é o Programa nacional de Crédito Fundiário. A idéia não seria capitalizar o pequeno agricultor, porém criar condições para que ele possa firmar-se enquanto agricultor familiar e para que tenha condições de se fixar na terra. A condição de pequeno produtor transcende a produção de culturas e sugere características, como da sua organização social, trabalho familiar, costumes e práticas, tradições, etc. Essa conceituação permite, pois, penetrar no âmbito das superestruturas, da cultura, do modo de vida. Embora permaneça pequeno produtor tem condições dignas de sobrevivência e perpetuação. Essa ação acarretará mudanças no histórico desequilíbrio da política de concessão de crédito rural. No entanto, os investimentos e as concessões de crédito fundiário são muito maiores no agronegócio brasileiro. As ações de assistência técnica e extensão rural deverão ser ampliadas, sejam elas pública ou privada; a pesquisa agrícola deverá dar atenção às necessidades dos agricultores e da agricultura familiar; será preciso estabelecer um seguro agrícola que garanta a renda dos agricultores; o crédito rural do PRONAF deverá considerar de forma mais efetiva as questões do desenvolvimento regional e territorial.

O bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e outros. Com tudo isso, a política de crédito rural do PRONAF poderá contribuir ainda mais para a ampliação desses espaços de articulação, disseminando informações e descentralizando a tomada de decisões. Deveria também haver uma parceria das companhias hidrelétricas com os programas governamentais, para criar linhas de pagamento diferenciadas para os agricultores familiares.

Segundo dados do próprio MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, e suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o PIB do País. Reúne 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros.

Por isso é necessário pensar um projeto nacional de crescimento sustentável, considerando não só o enorme potencial da agricultura familiar pela sua expressão econômica, mas também por sua dimensão sócio-cultural e ambiental. Vale a pena ressaltar que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar.

Referências:

- BURSZTYN, Marcel. *Opoder dos donos*: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. *Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais*. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual do ceará, Fortaleza, 2004. ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-Árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Org.). *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 56-67.
- LIPIETZ, Alain. La trame, la chaîne et la régulation: un outil pour les sciences sociales. *Économies et Sociétés*, Paris, v. 24, n. 5, déc. 1990. (Théorie de la Régulation). Disponível em: <<http://lipietz.net>>. Acesso em: 5 ago. 2008.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- PINHEIRO, Helano Diógenes; PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. Canais de distribuição

em pequenas empresas de base tecnológica. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 7., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2004.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho; ROLIM, Josimeire Barreto de Sousa; ROLIM, Benedito Neilson. Sistemas técnicos e sustentabilidade: desafios do perímetro irrigado de Morada Nova, Ceará. In: PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. *Desenvolvimento sustentável: desafios e discussões*. Fortaleza: Ed.ABC. p. 149-166.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Org.). *Modernização excludente* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 26-32.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. *Agricultura e reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte- Ce.* 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife, 1999. Universidade Federal do Pernambuco – UFPE. 136p

SOARES, Hidelbrando dos Santos. *O estudo da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe: elementos metodológicos*. Trabalho apresentado no 16º Encontro Estadual dos Estudantes de Geografia do Ceará - EEEGE-FAFIDAM, Limoeiro do Norte, Ceará, de 19 a 22 de Junho de 2003.